

O PENSAMENTO DE CARMEN PORTINHO E A HABITAÇÃO POPULAR

Um olhar atualizado pela perspectiva dos corpos femininos

*CARMEN PORTINHO THOUGHT AND POPULAR HOUSING
An updated look from the perspective of female bodies*

*EL PENSAMIENTO DE CARMEN PORTINHO Y LA VIVIENDA POPULAR
Una mirada actualizada desde la perspectiva de los cuerpos femeninos*

Ana Paula Polizzo

Doutora, Docente, Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU/UFRJ, polizzo@fau.ufrj.br

Luisa Serran Veloso de Castro

Arquiteta e Urbanista, UFRJ, luisa.serran@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca lançar um olhar renovado ao pensamento da engenheira e urbanista Carmen Portinho e seu trabalho no Departamento de Habitação Popular (DHP), sob a perspectiva dos corpos femininos. Através da análise de seus artigos publicados no jornal Correio da Manhã no ano de 1946, busca-se lançar luz sobre as questões trazidas pela urbanista a partir de uma preocupação sobre o trabalho reprodutivo das mulheres, trazendo para a discussão os pensamentos feministas, arquitetônicos e urbanistas da época. Tem por objetivo investigar se os pensamentos da feminista tiveram reflexos nos projetos elaborados, a partir de uma perspectiva do uso dos corpos femininos gerados nos conjuntos residenciais projetados pelo DHP, como também identificar como as mulheres moradoras e seus papéis sociais eram vistos e compreendidos na relação com os conjuntos projetados. Apresenta também a presença de diferentes papéis realizados por mulheres, o da urbanista, o das moradoras e o das assistentes sociais, que trabalhavam nos conjuntos.

PALAVRAS-CHAVE: Carmen Portinho; DHP; feminismo; habitação popular.

ABSTRACT

This article seeks to take a fresh look at the thought of engineer and urban planner Carmen Portinho and her work at the Department of Popular Housing (DHP), from the perspective of female bodies. Through the analysis of her articles published in the newspaper Correio da Manhã in 1946, we seek to shed light on the issues raised by the urban planner based on a concern about women's reproductive work, bringing feminist, architectural and cultural thoughts to the discussion. urban planners of the time. It aims to investigate whether the feminist's thoughts were reflected in the elaborated projects, from a perspective of the use of female bodies generated in the residential complexes designed by the DHP, as well as to identify how the women residents and their social roles were seen and understood in the

relationship with the designed sets. It also presents the presence of different roles performed by women, that of the urban planner, that of the residents and that of the social workers, who worked in the complexes.

KEYWORDS: *Carmen Portinho; DHP; feminism; popular housing.*

RESUMEN

Este artículo busca relevar el pensamiento de la ingeniera y urbanista Carmen Portinho y su trabajo en el Departamento de Vivienda Popular (DHP), desde la perspectiva de los cuerpos femeninos. A través del análisis de sus artículos publicados en el diario Correio da Manhã en 1946, buscamos arrojar luz sobre las cuestiones planteadas por la urbanista a partir de una preocupación por el trabajo reproductivo de la mujer, trayendo a la discusión pensamientos feministas, arquitectónicos y culturales. planificadores de la época. Tiene como objetivo indagar si el pensamiento feminista se vio reflejado en los proyectos elaborados, desde una perspectiva del uso de los cuerpos femeninos generados en los conjuntos residenciales proyectados por la DHP, así como identificar cómo las mujeres residentes y sus roles sociales eran vistos y entendida en la relación con los conjuntos diseñados. También presenta la presencia de diferentes roles desempeñados por mujeres, el de urbanista, el de vecinas y el de trabajadoras sociales, que trabajaban en los complejos.

PALABRAS CLAVES: *Carmen Portinho; DHP; feminismo; vivienda popular.*

INTRODUZINDO O DEBATE

O trabalho de recuperar e reconhecer as contribuições de mulheres na história da arquitetura e do urbanismo está em constante crescimento, sendo cada vez mais recorrente o interesse do meio acadêmico em evidenciar essas atuações, até então pouco exploradas ou mesmo apagadas. Nesse sentido, torna-se fundamental revisitar a história da arquitetura através de uma postura feminista, conforme aponta a arquiteta e urbanista argentina Zaida Muxí Martínez. Segundo a autora, este esforço implica:

necessariamente na desconstrução da historiografia majoritária, revelando a falsa neutralidade e universalidade na transmissão do conhecimento e na construção dos relatos históricos. Nesse sentido, não é trivial falar de mulher, arquitetura e urbanismo, uma vez que, como em outras áreas do conhecimento, arte, ciência ou política, as mulheres não são representadas em igualdade de condições, nem mesmo representadas em ordem de igualdade por mérito. Portanto, é necessário revisitar a história da arquitetura e das cidades, para reescrevê-la, incorporando as mulheres como protagonistas. (MUXÍ, 2018, paginação variada, tradução da autora)

Na busca por trazer à luz as contribuições das mulheres na história da arquitetura, Muxí apresenta algumas experiências de mulheres de nacionalidade e épocas diferentes. Dentre elas, uma em especial que nos interessa investigar nesse artigo: Carmen Portinho, uma feminista, engenheira e urbanista brasileira. Nascida no ano de 1903 em Corumbá no Mato Grosso do Sul, se mudou com a família para o Rio de Janeiro aos 5 anos de idade. Portinho dedicou parte de sua carreira à construção de habitações de qualidade para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, a partir da criação em 1946 do Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do Distrito Federal (PDF)¹. Além disso, ela participou ativamente da luta pelo voto feminino no Brasil, batalhando pela igualdade política entre homens e mulheres.

Na luta feminista, âmbito onde ocorreram suas primeiras repercussões, teve como uma de suas companheiras Bertha Lutz (1894-1976), bióloga, educadora, diplomata e política. Junto de Bertha Lutz, fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em prol dos direitos civis e políticos das mulheres, em 1922. Portinho cria também, em 1929, a União Universitária Feminina, com objetivo de ajudar as mulheres em suas carreiras profissionais. Além delas, iniciou a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA) em 1937.

Carmen Portinho foi a 3ª mulher a se formar em engenharia no Brasil em 1926 e 1ª urbanista, em 1939, com o trabalho de conclusão de nome "Anteprojeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central". Logo após sua formatura no ano de 1926, iniciou sua jornada como servidora pública, sendo nomeada diretora no Departamento de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal, departamento este que se tornaria o Departamento de Habitação Popular.

Como amplamente estudado, sabe-se que Carmen Portinho teve grande influência no surgimento do DHP; grande parte dos princípios adotados e defendidos neste, são consequência das opiniões da própria engenheira e urbanista, que podem ser lidas em publicações realizadas na Revista da Diretoria de Engenharia, na Revista Municipal de Engenharia e numa série de artigos com o tema da Habitação Popular escritos por ela no ano de 1946 para o jornal Correio da Manhã (sobre os quais este artigo irá se debruçar). Essas publicações ocorreram logo após a realização de um estágio na Inglaterra, onde ela partiu em meados de 1945, retornando no mesmo ano. O estágio tinha como finalidade acompanhar a reconstrução das cidades no pós-guerra, participando assim, das discussões arquitetônicas que estavam sendo feitas naquela época na Europa. A experiência proporcionou a ela ver de perto o trabalho em desenvolvimento voltado para a questão da habitação.

O DHP funcionou de 1946 até 1962, período de forte empenho na construção dos Conjuntos Residenciais elaborados pelo departamento. Os conjuntos construídos nesse período são: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho), Conjunto Residencial Marquês de São Vicente (Gávea), Conjunto Residencial de Vila Isabel e Conjunto Residencial de Paqueta.

Desses anos, Carmen Portinho foi diretora entre 1948 até 1960 quando foi exonerada do cargo (ABLA, 2017, p.240). Além da urbanista Portinho, também faziam parte da equipe de arquitetos do DHP: Affonso Eduardo Reidy (1909-1964), Francisco Bolonha (1923-2006), Hélio Modesto (1921-1980) e Lygia Fernandes (única mulher na equipe composta majoritariamente por homens), os últimos três formandos da primeira turma da Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1945.

Reidy foi companheiro de vida e profissão de Carmen Portinho. Os dois trabalharam juntos em defesa de habitação popular de qualidade e uma cidade melhor para todos, através dos ideais modernos. A parceria está presente em muitos projetos, dentre eles os projetos originados no DHP.

OS ARTIGOS E O LEVANTAMENTO DAS QUESTÕES

No ano de 1946 o jornal Correio da Manhã publica 8 artigos de autoria de Carmen Portinho com a temática da habitação popular. O primeiro artigo da série foi publicado no dia 10 de março de 1946. Nele, Portinho conta sobre as visitas que fez na Inglaterra às chamadas “cidades-jardim”², onde constatou que apesar delas terem constituído um avanço ao problema da moradia, não o resolveu por completo, pois esses lugares com casas em centro de terreno ficavam desertas por todo o horário de trabalho somado ao tempo de locomoção, gerando o seguinte questionamento à urbanista: “De que serve então ‘a casinha em centro de jardim’, preconizada por alguns, se o homem não pode tratar desse jardim tão cansado se acha ao fim do dia?”.

Dessa forma, ela inicia uma defesa às chamadas “Unidades de Vizinhança”³ - modelo funcional e organizacional difundido a partir dos anos 1920 e principalmente após a Segunda Guerra Mundial – que nas palavras de Portinho:

deverão compreender não só os blocos de habitações como também os edifícios para o funcionamento do

comércio local e, ainda, outras edificações destinadas a instalações de creches, escolas maternais e primárias, clínicas, bibliotecas, clubes, etc. Na construção desse conjunto deverão ser previstos, além do recreio organizado, espaços livres onde as crianças possam andar e brincar à vontade sem o perigo de serem atropeladas. As vias de tráfego deverão ficar sempre na periferia do conjunto residencial. (PORTINHO, 1946).

Além disso, ela afirma que tais conjuntos devem ser de responsabilidade das municipalidades, destinados aos grupos sociais de baixos salários, acreditando ser esse um caminho para solucionar o problema das moradias, e substituir as favelas, cortiços etc.

Em seu segundo artigo publicado, datado de 17 de março de 1946, a urbanista defende novamente a responsabilidade do Estado perante o acesso à moradia digna, argumentando que:

Á primeira vista, pode parecer que a intervenção oficial no provimento da habitação de baixo aluguel acarrete demasiado ônus para o estado. Analisando, porém, a questão com mais cuidado, verificamos a falsidade desse ponto de vista. A existência das 'favelas' e de outras habitações anti-higiênicas, como os cortiços, sempre trouxe, para todos os países do mundo, despesas e prejuízos incalculáveis. (PORTINHO, 1946).

Para além do discurso higienista, neste artigo ela usa o caso da Dinamarca no combate ao problema de habitação para as classes de pequenos recursos, como um exemplo a ser seguido. O país começou a oferecer "habitações confortáveis e higiênicas por meio do aluguel módico", optando pelas habitações coletivas ao invés das casas de uma só residência, tendo em vista que estas eram 30% mais onerosas do que as coletivas.

Ainda, ela alega a necessidade da assistência social no processo para ser ensinado a "viver em sociedade":

A assistência social deverá fazer parte obrigatória dos programas de realização dos núcleos residenciais. O trabalhador precisa, antes de mais nada, ser educado para a vida em sociedade, o que será relativamente fácil desde que se lhe ofereçam os meios de educação necessários ao lado de condições de vida condigna (PORTINHO, 1946).

Sobre a assistência social vale contextualizar a profissão e exercício no período estudado. A arquiteta e historiadora Flávia Brito Nascimento, em seu livro "Entre a Estética e o Hábito (2008)" apresenta essa contextualização. Sob a política de Vargas, os anos 1930 e 1940, segundo a autora, testemunharam a transformação ideológica da/o "pobre urbana/o" em a/o "trabalhador/a da nação". Trabalhador/a esse/a que deveria ter direito à moradia digna, alimentação, educação e saúde, tornando esses projetos prioritários do Estado. Diante disso, receber essa mudança de papel na

sociedade, também significava que seria preciso aprender a viver numa sociedade com moral e valores pré-estabelecidos.

É nesse cenário que a moradia popular adquire importância e significado, passando a constar da agenda das intervenções laicas e religiosas. O ideal de que o meio forma decisivamente as atitudes, gestos e posições políticas dos trabalhadores será defendido com afinco pelas diversas instâncias que trataram da questão. A casa operária gestará o “novo homem” (NASCIMENTO, 2008, p.34).

Segundo a autora, o assistencialismo social vai ganhar uma importante função a partir de 1930 com as ações do Governo Federal. Pois, para conseguir a casa formar o “novo homem” (e por conseguinte, formar, obviamente, a “nova mulher”) se fazia necessária não somente a casa em si, projetada de acordo com os valores da época, como a presença das assistentes sociais, tendo o assistencialismo social nascido diretamente das instituições católicas, estando, portanto, fortemente ligado ao cristianismo.

O serviço social partia do princípio de que a/o “pobre urbana/o” (ou a parte da população considerada pouco afeita ao trabalho, promiscua, desajustada, miserável, carente, malandra etc.) estava em fase moral e educacional atrasada, devido às “deformações do meio e a ignorância nata”. Dentre as funções exercidas pelas assistentes sociais estava o levantamento das circunstâncias da vida e moradia popular, sendo este de grande importância para o planejamento de novas casas. Além disso, também tinham a tarefa de promover a superação dessa condição considerada atrasada. Dessa forma, as assistentes sociais foram eleitas as educadoras de uma sociedade em formação.

É importante destacar que a maioria das profissionais do assistencialismo social era do sexo feminino, o que pode ser interpretado devido ao fato do trabalho envolver diretamente a esfera familiar, o âmbito da casa, do cuidado, que se acreditava ser do domínio natural da mulher.

Assim, o Estado iniciou um projeto político que trazia como “protagonista” o/a operário/a, visando a transformação desses/as em cidadãos/cidadãs, no “novo homem”/ na “nova mulher”, tendo como base a imposição de uma forma de habitar, e a redefinição de seus direitos e seus deveres. Nos conjuntos promovidos pelo DHP, as assistentes sociais desempenharam fundamental papel nesse processo, ao visitar as favelas e cortiços para realizar levantamentos das condições de moradia dos possíveis moradores, alterar os escolhidos, deslegitimar os modos de morar dessas pessoas, ensinar a dita maneira correta de utilizar a casa moderna (ensinar a morar), instruir para as atividades coletivas, etc.

“Ensinar a morar” consistia, assim, em educar os moradores dos conjuntos residenciais recém implementados, a respeito dos cômodos da casa nova. Por exemplo, a cozinha e banheiros poderiam ser uma novidade para muitos. A arrumação da casa e até a escolha dos móveis também era algo a ser ensinado. A maioria desses ensinamentos eram passados diretamente para as donas de casa, responsáveis por essas atribuições.

É importante compreender como a parcela populacional à qual estavam sendo direcionadas as novas habitações era vista, ou seja, ignorante por natureza e “sem cultura”, e a maneira como o Estado e a Igreja se

aproveitam da situação para promover seus ideais e conseguir novos seguidores. As assistentes sociais, por sua vez, passam a desempenhar um papel de mediação entre o povo e as Instituições, através das instruções culturais com base em uma hierarquia patriarcal e em noções de família defendidos pelos valores cristãos.

Voltando aos artigos do Correio da Manhã, vale a pena citar que o conceito dos Conjuntos Residenciais é mais elaborado no terceiro artigo, publicado no dia 21 de março de 1946, onde Portinho apresenta a ideia de habitação mínima⁴. Esse conceito parte da ideia de uma casa projetada para os padrões mínimos de vida, padrões esses que Catherine Bauer (1905-1964)⁵ teria detalhado em seu livro "Modern Housing".

O uso de diferentes tipologias também é defendido como uma das diretrizes dos conjuntos residenciais, a fim de receber tantas famílias de duas ou mais pessoas (certamente dentro das lógicas tradicionais da família cristã, o equivalente a base da própria sociedade moderna), mas também solteiras/os e idosas/os. Aos olhos de Portinho, a moradia para esses dois últimos grupos nas unidades de vizinhança seriam soluções mais simpáticas e humanas do que pensões e asilos.

No dia 31 de março de 1946 foi publicado o 4º artigo da série que trataria de um programa especial de assistência às/aos idosas/os que teve a oportunidade de conhecer na sua viagem à Grã-Bretanha. Neste programa há dois tipos de acomodações, uma para aquelas/es que não têm mais como cuidar de si e outra para aquelas/es que conseguem. Além dessas, as autoridades britânicas colocaram no programa habitações para solteiras/os que, segundo Portinho, são muito mais procuradas por mulheres solteiras que trabalham fora de casa, achando nesse, um ambiente "familiar", melhor do que os das pensões.

O 5º artigo, datado de 7 de abril de 1946, vai tratar do decreto lei que autorizou a Fundação da Casa Popular, sendo uma pausa na "série de considerações que vínhamos desenvolvendo em torno do problema da habitação popular". A Fundação da Casa Popular foi uma primeira tentativa de implementar uma política habitacional nacional.

Carmen se apresenta contrária aos fundamentos estabelecidos no decreto lei da Fundação, tecendo argumentos ancorados nos princípios que vinha esmiuçando nos artigos anteriores, destacando a importância de ampliar o entendimento de moradia, a presença da assistência social, enfatizando que o público-alvo deveria ser aquele de baixa renda e não a classe média, classe alvo da política segundo interpretação da autora – se fazendo necessária a aquisição da moradia através do aluguel:

Ora, para adquirir casa ou apartamento é preciso, antes de mais nada possuir meios financeiros suficientes [...] Essas despesas estarão forçosamente acima da capacidade econômica dos nossos trabalhadores. Depois de acurados estudos e observações feitas [...] ficou provado que a 'habitação popular' deve ser destinada à aluguel e não a venda. Na base do aluguel, o desconto mensal do salário do trabalhador será acessível às suas possibilidades econômicas (PORTINHO, 1946).

E OS POSICIONAMENTOS FEMINISTAS?

Através de algumas declarações algumas vezes sutis e outras paradoxais, conseguimos observar também algumas preocupações que permeavam estes mesmos escritos de Carmen Portinho da década de 1940, especificamente sobre o papel das mulheres dentro e fora das casas.

Ao defender, por exemplo, a implementação das lavanderias coletivas, sem dúvida havia um enorme otimismo na mecanização do trabalho doméstico que refletiria uma forma moderna de viver, mas havia igualmente, uma preocupação com a dupla jornada de trabalho que apenas as mulheres realizavam, e eram assim, sobrecarregadas por ela. Alegava, portanto, que a máquina de lavar "(...)substituirá a mão cansada da operária que além do trabalho da fábrica e da oficina, é obrigada a empregar os seus dias de folga na lavagem de roupa de família"⁶.

Ainda que os argumentos colocados por Portinho não estivessem naquele momento ainda alinhados com os termos do trabalho produtivo (o trabalho que possui um valor de troca) e do trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico) – debate aprofundado somente por volta da década de 1960, no âmbito do feminismo internacional – a urbanista já se demonstrara atenta àquelas que tinham de exercer o trabalho fora de casa, e realizar mais tarefas ao chegar em casa.

A intelectual italiana, importante militante de tradição feminista marxista Silvia Federici levanta o debate sobre o trabalho doméstico desde os anos 1970, apresentando sua importância para a manutenção da sociedade capitalista patriarcal:

é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro – amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo (FEDERICI, 2019, p.68).

No que diz respeito à visão do papel da mulher especificamente nos conjuntos residenciais, é importante destacar um pensamento de Carmen Portinho que se reflete nas soluções das Unidades de Vizinhança que, segundo a urbanista, tinha como finalidade:

social: ter a criança perto da mãe; que pudesse ir para a escola sem atravessar a rua nem ter perigo de vida; era a mulher que podia se abastecer no mercado próximo, ou quando a criança estava doente ser levada para o ambulatório ao lado, e assim por diante. (PORTINHO, 1987).

Se por um lado, é inegável que a mulher é entendida aqui por seu papel social, enquanto figura única e responsável pela manutenção da casa (dona-de-casa) e cuidado com os filhos (mãe) o que configura seu trabalho reprodutivo, enquanto, provavelmente, cabe ao homem (pai) o trabalho produtivo, por outro, esta colocação da urbanista aponta para a forma como encarava o papel da urbanismo e da produção dos espaços: a distribuição espacial e a relação de distância entre moradia e

equipamentos poderia, supostamente, induzir a melhores condições no cotidiano das mulheres.

Apesar da ausência, ainda, de um maior questionamento efetivo acerca do papel das mulheres na sociedade, verifica-se o comprometimento em realizar a construção de Unidades de Vizinhança de acordo com os ideais defendidos por Portinho em seus artigos, compreendendo

não só os blocos de habitações como também os edifícios para o funcionamento do comércio local e, ainda, outras edificações destinadas a instalações de creches, escolas maternais e primárias, clínicas, bibliotecas, clubes etc. (PORTINHO, 1946)

A preocupação de se ter equipamentos próximos às residências dos moradores, se apresenta na maioria das propostas dos Conjuntos Residenciais: “Um mercado e instalação de lojas próximas das habitações, facilitará muito, à dona de casa, o trabalho das compras” (PORTINHO, 1946). Importante ainda assim notar que o uso aqui do termo “dona de casa”, apresenta que, ainda assim, acreditava-se que esse papel deveria ser feito pela mulher. Vale a pena ressaltar que não houve comprometimento por parte do poder público para a implementação desses equipamentos, uma vez que a maioria destes edifícios⁷ não foi construída.

Reafirmando o ponto de vista de que Portinho acreditava que a proximidade do lar com esses equipamentos resultaria em melhores condições de vida, cabe citar a colocação da arquiteta Ana Luiza Nobre que ressalta a postura reformista da urbanista ao estabelecer um projeto de uma nova sociedade onde se previa um novo modo de morar “condicionado à revisão de um conjunto de valores considerados ultrapassados, entre eles o culto secular à dita ‘vocação natural’ da mulher para a maternidade e as tarefas domésticas” (NOBRE, 1999, p.43). No entendimento de Nobre, essa redefinição do papel da mulher na sociedade ao “romper com a clausura do lar” fazia parte dos ideais feministas por trás do plano de habitação sustentado por Carmen Portinho, evidenciando um avanço na discussão feminista existente na época.

Portinho em seus textos identifica que as mulheres, principalmente operárias, realizavam um exaustivo trabalho dentro e fora de casa. Ao reconhecer esse trabalho, a urbanista traça, dentro dos seus conhecimentos e alinhamentos profissionais, meios para aliviar essa rotina das trabalhadoras. É verdade que ela não questiona se os homens não poderiam exercer esse trabalho também, entretanto, não era um debate existente na época, podendo ser considerado como um avanço o reconhecimento do esforço extra dedicado para a realização das atividades domésticas.

CONCLUSÃO

Ao encarar os fatos de que a sociedade dos anos 40 e 50, período estudado, assim como a de hoje, espera que as mulheres cuidem de suas famílias – e que construam famílias, claro – em nome do amor e vocação natural dado a elas, e que esse “cuidado” é trabalho não remunerado⁸, e envolve diversas e exaustivas etapas, é possível reconhecer que os projetos realizados sob

direção de Carmen Portinho contribuíram para facilitar o cotidiano da mulher.

A proposta de Portinho para a elaboração de projetos residenciais destinados à população de baixo salário, pode ser vista como excelente iniciativa para aquele momento. Infelizmente não teve total êxito por diversos motivos, mas não pela falta de competência e esforço da equipe do DHP e principalmente da urbanista, a quem muitos autores afirmam ter sido a razão para terem alcançado tanto dentro do Departamento.

No Brasil, porém, os equívocos da ação habitacional implementada pelo governo reduziram o impacto e a abrangência da proposta. Houve, assim, uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna, perdendo-se os generosos e desafiadores horizontes sociais, onde o resultado econômico não deveria se desligar da busca de qualidade arquitetônica e urbanística e da renovação do modo de morar, com a valorização do espaço público. (BONDUKI, 2017, p.142).

Assim, não se pode negar o esforço do DHP em realizar um projeto diferente de moradia para a cidade. Também não se pode negar que Portinho, como já dito, tinha em seus ideais a busca por melhorar a vida das mulheres, reconhecendo o trabalho exercido por elas e buscando amenizar os esforços diários.

Não restam dúvidas que há muito a ser investigado e analisado sobre o tema. Principalmente na compreensão de quem são as mulheres que foram ocupar esses espaços criados com os princípios modernos, racionais, argumentando melhoria de vida para elas. Existe uma invisibilidade com relação ao gênero dessas moradoras locatárias, operárias, etc., se tornando evidente o apagamento dessas personagens na nossa sociedade capitalista e patriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABLA, Marcela Marques. **Gênero e produção social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margareth Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer**, 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. Ed. São Paulo: UNESP, 2009.

LAMAS, J.M.R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2007.

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, casa y ciudad**. Barcelona: dpr-barcelona, 2018

NASCIMENTO, Flávia Brito. **Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, 1946-1960**. Coleção Biblioteca Carioca, v.53. Série Publicação científica. Rio de Janeiro, 2008.

NOBRE, Ana Luiza. **Carmen Portinho: O moderno em construção**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/PCRJ, 1999.

PORTINHO, C. **A arquitetura moderna e o desenho industrial** [Julho, 1987]. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/entrevista-carmen-portinho/>. Acesso em 14/08/2021

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. **Correio da Manhã**, 10 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. **Correio da Manhã**, 17 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. **Correio da Manhã**, 24 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. **Correio da Manhã**, 31 de março de 1946

PORTINHO, Carmen, Habitação Popular. **Correio da Manhã**, 07 de abril de 1946

SEGRE, R. Carmen Portinho (1903-2001). Sufragista da arquitetura brasileira. **Arquitextos**, São Paulo, ano 02, n. 015.00, Vitruvius, ago. 2001 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/853>>.

NOTAS

1 Foram fundamentais os estudos já realizados sobre Carmen Portinho pelas pesquisadoras Ana Luiza Nobre (**Carmen Portinho: O moderno em construção**, 1999), Flavia Brito do Nascimento (Dissertação de Mestrado **Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, 1946-1960**, 2004), Marcela Marques Abla (Tese de Doutorado **Gênero e produção social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margareth Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer**, 2017) e Silvana Rubino (Tese de Livre Docência **Lugar de Mulher: Arquitetura e Design modernos, gênero e domesticidade**, 2017).

2 Ebenezer Howard apresentou sua criação das “cidades-jardim”, através da publicação “Tomorrow: a peaceful path to social reform” de 1898. A ideia seria a de unir as vantagens da vida do campo à vida da cidade, criando cidades em formatos circulares com vastos jardins em seu interior e no entorno, localizando todas as instalações industriais como manufaturas, lojas, mercados, etc, em um anel exterior, na periferia da cidade. (CHOAY, 1992)

3 A ideia de unidade de vizinhança onde “é de extrema singeleza: constatando que as relações entre vizinhos, que existiam nos antigos bairros, tendem a desaparecer nas novas urbanizações e grandes metrópoles”, pretendia-se recriá-los através do planejamento urbano. Assim, as unidades habitacionais deveriam ser controladas no número de habitação e extensão territorial, tendo equipamentos e serviços dispostos

de tal modo que a população estabelecesse espontaneamente relações sociais. (LAMAS, 2007, p.317)

4 Tema central do 2º CIAM [...] tornou-se uma referência da nova forma de enfrentar o problema da arquitetura, passando a dar importância à funcionalidade e aos espaços então ausentes no estudo da arquitetura, tais como o banheiro e cozinha [...]” (BONDUKI, 2017)

5 Catherine Bauer nasceu em Elizabeth, Nova Jersey, Estados Unidos. Planejadora urbana e ativista dos direitos femininos, levou as experiências do entre-guerras da Europa para os Estados Unidos. Em 1934 publicou o livro **Modern Housing: Metropolitan America**. (ABLA, 2017)

6 Terceiro artigo, publicado no dia 21 de março de 1946.

7 Não foram construídos os equipamentos projetados para o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente (Gávea) e para o Conjunto Residencial de Vila Isabel.

8 Referência a conhecida frase de Silvia Federici: “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”.